

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

JEFFERSON VARELLA BERR

**IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SOLUÇÃO INTEGRADA:
UM ESTUDO DE CASO NO BANRISUL S/A**

Porto Alegre

2014

JEFFERSON VARELLA BERR

**IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SOLUÇÃO INTEGRADA:
UM ESTUDO DE CASO NO BANRISUL S/A**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, com ênfase em Controladoria.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Schmidt

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Berr, Jefferson Varella

Implantação de sistema de solução integrada : um estudo de caso no Banrisul S/A / Jefferson Varella Berr. -- 2014.

56 f.

Orientador: Paulo Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Implantação. 2. Sistema. 3. Solução integrada. 4. Tributária. 5. Fiscal. I. Schmidt, Paulo, orient. II. Título.

**IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SOLUÇÃO INTEGRADA:
UM ESTUDO DE CASO NO BANRISUL S/A**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, com ênfase em Controladoria.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de maio de 2014.

Prof. Dr. Paulo Schmidt – UFRGS – Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Pinheiro – UNIFIN

Prof. Dr. Gilberto de Oliveira Kloeckner – UNIFIN

Prof. Dra. Márcia Bianchi – UFRGS

In Memoriam:

Aos meus queridos pais, Elsa e Jofre,
tenham certeza de que a expectativa que
vocês sempre tiveram para comigo foi o
o que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo Schimdt, meu agradecimento pela orientação dispensada a este trabalho;

Ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, nas pessoas dos Srs. Luiz Carlos Morlin e Werner Kohler, sem vocês nada seria possível;

Aos meus irmãos Joélci e Cláudius, vocês são mais que irmãos, que fiquemos sempre juntos, firmes e fortes;

Ao meu afilhado João Pedro, a quem farei o possível e o impossível para ser um bom exemplo;

Ao meu sobrinho Arthur, que chegue esbanjando saúde;

Ao meu tio Zilmar, que me despertou o gosto pela contabilidade e economia, como exemplo de profissionalismo e caráter;

Em especial a minha esposa Isabela, que por várias vezes acreditou no que parecia impossível, sem seu incentivo, amor e carinho, tenho certeza de que não conseguiria;

Finalmente gostaria de agradecer a Deus, por ter me carregado no colo quando achei que mais precisava.

“Se alguém disser que conhece perfeitamente a legislação tributária brasileira, podendo assegurar, com precisão, a interpretação do direito vigente, ou é um gênio ou um mentiroso. Nos meus 50 anos de exercício profissional, principalmente na área fiscal, não encontrei nenhum gênio, embora tenha convivido com muitos talentos”.

Ives Gandra da Silva Martins

RESUMO

O presente trabalho trata da necessidade de uma instituição financeira que, dada a sua expressividade, possui, de reduzir sensivelmente seu prazo de fechamento fiscal, pois depois que ocorre toda a movimentação contábil, se torna necessário que a área tributária tenha agilidade suficiente para participar do processo do fechamento mensal sem que haja interrupção no seu fluxo. Devido à legislação fiscal ter mudado de forma substancial nos últimos tempos e a quantidade de obrigações acessórias aumentado de forma vertiginosa, torna-se necessário que cada vez mais tenhamos duas premissas básicas, equipe altamente qualificada e treinada e ferramentas que auxiliem e deem segurança para suprir tais necessidades. Um fato extremamente relevante é a segurança das informações bem como sua rastreabilidade, pois numa suposta verificação por parte do órgão fiscalizador, vem a ser o diferencial entre receber uma autuação ou não. O problema reside como elencar e implantar uma ferramenta confiável que venha a garantir a viabilidade do processo, depois de salvaguardar-se de que a escolha da empresa a prestar esse tipo de serviço cumpriu com todas as premissas necessárias que além de fazê-la habilitar-se em um processo licitatório, precisa-se que tenhamos um contrato robusto com cláusulas que protejam a instituição contratante tanto no quesito de cumprimento do objeto do contrato nos tempos acordados, como no quesito sigilo, assessoria e consultoria. Os pontos fundamentais na implantação de um sistema de solução integrada passam por uma disseminação cultural dentro da empresa para que a equipe acredite e valorize a ferramenta a ser utilizada, bem como a montagem de um grupo multidisciplinar de trabalho para que não ocorram desenvolvimentos paralelos que venham a atender parcialmente as necessidades tornando assim inevitável o retrabalho. As barreiras de customizações e as peculiaridades da empresa devem ser mapeadas e diagnosticadas previamente para que posteriormente não cause trauma, os processos até então utilizados devem servir de exemplo onde se pretende chegar, mas de maneira alguma se deve imaginar que os mesmos devam repetir-se, muito pelo contrário, o momento de implantação é o momento de revisão nos processos até então utilizados, e não deve-se ter receio de voltar atrás quando necessário for, para que a nova ferramenta não seja vulnerável a falhas antes apuradas. O trabalho ainda discorre sobre todas as fases da implantação da solução bem como todo o aprendizado que tivemos com o processo,

passando pela concepção, criação e correção de fluxos onde precisavam interferência. A substancial vantagem está na automação dos processos, no que se refere inexistência de interferência manual no fluxo, o que garante um nível de segurança muito satisfatório, bem como trilhas auditáveis para que sirvam de base de sustentação a questionamentos que são cada vez mais frequentes, após a conclusão da implantação da ferramenta, um adicional no processo, é que se ganha em agilidade e conhecimento em nível de empresa, bem como nos futuros desenvolvimentos que surjam, utilizando-se da lógica, valorizando os acertos e evitando os erros que se incorreu anteriormente.

Palavras-chave: Implantação. Sistema. Solução integrada. Tributária. Fiscal.

ABSTRACT

The present work deals with the need for a financial institution that, given its expressiveness, has, to substantially reduce your term of fiscal closing, because after that occurs throughout the handling accounting, it is necessary that the tributary area has agility enough to participate in the process of closing monthly without disruption in your workflow. Due to the tax laws have changed substantially in recent times and the amount of ancillary obligations increased from dizzying manner, it is necessary that increasingly we have two basic premises, highly qualified staff and trained and tools that assist and give security to fulfill these needs. An extremely important is the security of the information as well as their traceability, because on a supposed verification by the supervisory body, comes to be the differential between receive an infraction or not. The problem is as enumerating and deploy a reliable tool that will ensure the viability of the process, and then to ensure that the choice of the company to provide this type of service has complied with all of the necessary premises that in addition to doing it enable in a competitive bidding process, it is that we have a robust contract clauses that protect the contracting institution both in metric for compliance with the object of the contract at the times agreed, as in metric secrecy, advice and consultancy. The key points in the implementation of a system of integrated solution through a cultural dissemination within the company for which the team believes and promotes the tool to be used, as well as the fitting of a multidisciplinary group of work that does not occur parallel developments that will meet some of the needs it was inevitable the rework. The barriers of customizations and the peculiarities of the company should be mapped and diagnosed previously to that later do not cause trauma, the processes used until then should serve as an example where if you want to reach, but not in any way is hard to imagine that the same should be repeated, quite the contrary, the deployment time is the time to review the processes used until then, and should not be afraid to go back when necessary, so that the new tool is not vulnerable to failures before cleared. The work still talks about all phases of the deployment of the solution, as well as all the learning that we had with the process, from the design, creation and correction of flows where needed interference. The substantial advantage is the automation of processes, as regards lack of inference in manual flow, which ensures a level of security very satisfactory, as well as trails auditable to serve as the basis for sustaining the

questions are becoming more and more frequent, after the completion of the deployment of the tool, an additional in the process, is to be gained in agility and knowledge in company level, as well as on future developments that arise, using the logic, valuing the right answers and avoiding errors that arose earlier.

Keywords: Deployment. System. Integrated Solution. Tax. Fiscal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadastro das empresas	34
Figura 2 – Cadastro de Unidades.....	34
Figura 3 – Plano de Contas.....	35
Figura 4 – Configuração de Sinais	37
Figura 5 – Dados Gerais	37
Figura 6 – Passos da Implantação	38
Figura 7 – Workflow	52

LISTA DE FORMULÁRIOS

Formulário 1 – PIS/Cofins	42
Formulário 2 – IRPJ LALUR	44
Formulário 3 – CSLL LALUR	44
Formulário 4 – IRPJ ESTIMATIVA	45
Formulário 5 – CSLL ESIMATIVA	46
Formulário 6 – Incentivos Fiscais	47
Formulário 7 – Juros Sobre o Capital Próprio	48
Formulário 8 – PAT	49
Formulário 9 – Crédito Tributário	50
Formulário 10 – Débito tributário	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mecânica de parametrização	43
Quadro 2 – Evolução.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA	15
1.2	OBJETIVO GERAL	16
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.4	JUSTIFICATIVA	16
2	MÉTODO DE PESQUISA	17
3	SISTEMA FINANCEIRO	18
3.1	BANCOS MÚLTIPLOS	20
4	SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	21
4.1	GESTÃO TRIBUTÁRIA	22
4.1.1	Atuação	22
4.1.2	Objetivos	22
4.1.3	Importância da Gestão Tributária	23
4.1.4	Tributo	24
5	CASO	28
5.1	A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	28
5.2	ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	29
5.2.1	IRPJ e CSLL	29
5.2.2	PIS/COFINS	30
5.3	A EMPRESA	31
5.4	ISÃO, MISSÃO E VALORES	31
5.4.1	Visão	31
5.4.2	Missão	31
5.4.3	Valores	32
5.5	O SISTEMA	32
5.5.1	O Objetivo	32
5.5.2	Metodologia Geral	32
5.6	ESTRUTURAS	33
5.6.1	Cadastro das Empresas	33
5.6.2	Cadastro de Unidades	34
5.6.3	Cadastro de Taxas	34
5.6.4	Plano de Contas	35
5.6.5	Configuração de Sinais	36
5.6.6	Dados Gerais	37
5.7	IMPLANTAÇÃO	38
5.8	PARAMETRIZAÇÕES	40
5.8.1	Dados Gerais	40
5.8.2	Formulários	41
5.8.3	Incentivos Fiscais – Doações e Patrocínios	46
5.8.4	Juros Sobre o Capital Próprio	47

5.8.5	PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	48
5.8.6	Crédito Tributário.....	49
5.8.7	Débito tributário	50
5.8.8	Lançamentos Contábeis	51
5.8.9	Workflow.....	52
6	CONCLUSÃO.....	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

As atuais exigências da Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, bem como outros órgãos reguladores e fiscalizadores vem demandando várias mudanças nos processos de trabalho das empresas, assim estas devem estar cientes e preparadas para atenderem a disponibilização das informações exigidas. Para isso se torna necessário elencar soluções inteligentes e integradas, para a adequação das exigências fiscais/contábeis, tais como a especialização da mão de obra ligada ao assunto, bem como sempre estar atualizado com as mudanças que estão acontecendo e que virão a ser exigidas.

Com os prazos de fechamento contábeis cada vez mais exíguos a contabilidade deve ser feita em tempo real, para que seja possível cumprir com todo o cronograma necessário, além do que é fundamental que se tenha subsídios consistentes e robustos na eventualidade de uma fiscalização dos órgãos competentes, de modo que isso reflita na fidedignidade das informações e permita aos gestores segurança e precisão na tomada de decisão.

Devido a inúmeras obrigações acessórias que as instituições estão obrigadas a exposição junto à fiscalização tornou-se enorme de modo que ferramentas que possibilitem maior número de circularizações tornam-se cada vez mais necessárias, eliminando ao máximo, processos manuais onde a chance de erro sempre é maior do que em um processo automatizado.

1.1 PROBLEMA

Como ocorre o processo de implantação de um sistema de solução integrada em uma instituição que necessita reduzir o tempo de fechamento tributário tornando-o automatizado, seguro, auditável, e que proporcione agilidade no atendimento de todas as obrigações acessórias exigidas pelos órgãos normatizadores e fiscalizadores?

1.2 OBJETIVO GERAL

Descrever o processo de implantação de um sistema de solução integrada, de maneira a automatizar a apuração tributária no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar as etapas envolvidas no processo de implantação de um sistema de solução integrada na empresa estudada;
- b) identificar os pontos mais críticos ocorridos na implantação do sistema de solução integrada na empresa estudada;
- c) expor comparativo demonstrando as vantagens e seguranças quando comparado ao método anterior; e
- d) sugerir possíveis melhorias para os pontos críticos identificados na implantação de sistemas de solução integrada.

1.4 JUSTIFICATIVA

Por estar na coordenação da área fiscal/tributária e tendo sido destacado para fazer parte do grupo de implantação da ferramenta que visa instituir processo de mudança dos procedimentos internos na área de gestão fiscal através da introdução de um novo sistema, tive a motivação de discorrer sobre o tema, passando a experiência das modificações na área fiscal/tributária.

2 MÉTODO DE PESQUISA

O estudo de caso, segundo Yin (2002), é um método que abrange tudo – com lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados.

O presente trabalho terá como objetivo apresentar um estudo de caso sobre a implantação de um sistema de solução integrada numa instituição financeira durante os anos de 2012 e 2013, tendo como foco principal a sua área fiscal tributária no que tange a apuração de impostos e contribuições federais diretos próprios (PIS/COFINS, IRPJ, CSLL) atendendo à legislação vigente.

3 SISTEMA FINANCEIRO

O Sistema Financeiro Nacional, segundo SFN, é um conjunto de instituições, órgãos e afins que controlam, fiscalizam e fazem as medidas que dizem respeito à circulação da moeda e de crédito dentro do país. O Brasil, em sua Constituição Federal, cita qual o intuito do sistema financeiro nacional: “O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

O Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em duas partes distintas: Subsistema de supervisão e subsistema operativo. O de supervisão se responsabiliza por fazer regras para que se definam parâmetros para transferência de recursos entre uma parte e outra, além de supervisionar o funcionamento de instituições que façam atividade de intermediação monetária. Já o subsistema operativo torna possível que as regras de transferência de recursos, definidas pelo subsistema supervisão sejam possíveis.

O subsistema de supervisão é formado por: Conselho Monetário Nacional, Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Nacional de Seguros Privados, Superintendência de Seguros Privados, Brasil Resseguros (IRB), Conselho de Gestão da Previdência Complementar e Secretaria de Previdência Complementar. Dos que participam do subsistema de revisão, podemos destacar as principais funções de alguns: O Banco Central (BACEN) é a autoridade que supervisiona todas as outras, além de banco emissor de dinheiro e executor da política monetária. O Conselho Monetário Nacional (CMN) funciona para a criação da política de moeda e do crédito, de acordo com os interesses nacionais. A Comissão de Valores Mobiliários tem a função de possibilitar a alta movimentação das bolsas de valores e do mercado acionário (isso inclui promover negócios relacionados à bolsa de valores, proteger investidores e ainda outras medidas).

O outro subsistema, o operativo, é composto por: Instituições Financeiras Bancárias, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, Sistema de Pagamentos,

Instituições Financeiras Não Bancárias, Agentes Especiais, Sistema de Distribuição de TVM.

As partes integrantes do subsistema operativo, citados acima, são grupo que compreendem instituições que são facilmente achadas em nosso dia a dia. As Instituições Financeiras Bancárias, por exemplo, representam as Caixas Econômicas, Cooperativas de Crédito, Bancos comerciais e Cooperativos. As instituições Financeiras Não Bancárias são, por exemplo, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, Companhias Hipotecárias, Agências de Desenvolvimento.

As autoridades do Sistema Financeiro Nacional também podem ser divididas em dois grupos: Autoridades Monetárias e Autoridades de Apoio. As autoridades monetárias são as responsáveis por normatizar e executar as operações de produção de moeda. O Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Já as autoridades de apoio são instituições que auxiliam as autoridades monetárias na prática da política monetária. Um exemplo desse tipo de instituição é o Banco do Brasil. Outro tipo de autoridade de apoio são instituições que têm poderes de normatização limitada a um setor específico. O exemplo desse tipo de autoridade é a Comissão de Valores Mobiliários.

As Instituições financeiras, termo muito usado para definir algumas empresas, são definidas como as pessoas jurídicas, públicas ou privadas e que tenham sua função principal ou secundária de guardar, intermediar ou aplicar os recursos financeiros (tanto dos próprios recursos como recursos de terceiros), que sejam em moeda de circulação nacional ou de fora do país e também a custódia de valor de propriedade de outras pessoas.

Pessoas físicas que façam atividades paralelas às características acima descritas também são consideradas instituições financeiras, sendo que essa atividade pode ser de maneira permanente ou não. No entanto, exercer essa atividade sem a prévia autorização devida do estado pode acarretar em ações contra essa pessoa. Essa autorização deve ser dada pelo Banco Central e, no caso de serem estrangeiras, a partir de um decreto do presidente da república.

As decisões tomadas pelo conselho monetário nacional, logo pelo sistema financeiro nacional tem total ligação com o estado da economia do país. Suas mudanças são determinantes, para o funcionamento do mercado financeiro.

A chamada bolsa de valores (mercado onde as mercadorias são ações ou outros títulos financeiros) tem empresas, produtos e ações que variam de acordo com o que esse sistema faz. Considerando o alto valor de dinheiro investido nesse mercado, a bolsa de valores é um espelho das grandes proporções que as decisões tomadas por esse sistema podem afetar a vida de todas as esferas da sociedade.

3.1 BANCOS MÚLTIPLOS

Segundo BACEN, os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (BACEN, 1994).

4 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Segundo Berr et al. (2002) os tributos são tão antigos quanto a própria humanidade, sendo que, no início, eram pesadas contribuições que os povos vencedores arrebatavam ou exigiam dos vencidos, na constantes lutas em que se empenhavam, correspondendo ao que hodiernamente se designa como reparação de guerra.

Aos poucos foram surgindo novas formas, como a entrega de uma parte da produção dos súditos de cada região aos governantes, até chegar-se às contribuições pecuniárias propriamente ditas.

Na idade média, os tributos assumiram um caráter mais de dívida para os governantes, com as mais variadas denominações, primeiro esperada e depois reclamada até pela força.

Os abusos cometidos pelos governantes foram tais que levaram os contribuintes a forçarem sua regulamentação legal, o que se deu na Inglaterra, quando no século XIII, os barões obrigaram o Rei João Sem Terra a aceitar a “Magna Carta” de 1.215, sob a divisa “*no taxation without representation*”, que deu origem ao hoje universal princípio da legalidade dos tributos.

Sistema tributário é o conjunto de normas e princípios jurídicos que, de forma conexa e consequente, disciplinam o poder impositivo de um determinado ESTADO, num dado momento.

No Brasil, predominou o sistema histórico, onde a tributação segue formas geralmente empíricas, sem atender necessariamente aos fatores socioeconômicos, até a reforma tributária operada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, quando se inclinou pelo sistema racional, onde o legislador é quem cria, deliberadamente, a harmonia entre os objetivos financeiros que se persegue e os meios empregados para alcançá-los.

A sociedade brasileira tem se deparado com inúmeras exigências por parte dos Governos: Federal, Estadual e Municipal, impondo um aumento na carga tributária das empresas, sem a menor preocupação em seguir as determinações das regras jurídicas insertas no ordenamento jurídico pátrio.

Assim, o Direito Tributário passou a ter uma importância preponderante não só para os estudiosos do direito, mas também para os administradores de empresa de um modo geral.

A gestão estratégica de impostos passou a ser medida imprescindível para uma empresa sediada no território nacional.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 haver delineado, explícita e implicitamente, os comandos e limites dirigidos à autoridade administrativa, em relação ao Poder de Tributar, repartindo as competências tributárias e as receitas financeiras, são infundáveis os exemplos de desrespeito a tais regras que resultam em recolhimento indevido de tributos.

4.1 GESTÃO TRIBUTÁRIA

Segundo Teixeira (2008), gestão tributária é o processo de gerenciamento dos aspectos tributários de uma determinada empresa, com a finalidade de adequação e planejamento, visando controle das operações que tenham relação direta com tributos.

4.1.1 Atuação

Basicamente, a gestão atua sobre o departamento de impostos da respectiva empresa. Isto não quer dizer que somente tal departamento é alvo da gestão. Outros departamentos que influenciam a geração de impostos (como o Departamento Comercial) também devem estar compreendidos no alcance da administração tributária.

Um erro muito comum nas empresas é focalizar demais o processo tributário no departamento de impostos, esquecendo-se que outros departamentos também geram rotinas fiscais.

4.1.2 Objetivos

A gestão não visa “fazer” mas “administrar”. O objetivo desta gestão é:

- a) corrigir possíveis erros de interpretação e execução no cumprimento das obrigações e rotinas fiscais na empresa;

- b) evitar contingências fiscais (multas e sanções), bem como o pagamento indevido de tributos;
- c) implementar formas lícitas de economia tributária.

4.1.3 Importância da Gestão Tributária

A realidade tributária brasileira é notoriamente complexa, sendo um dos componentes do chamado “custo Brasil”.

Existem dezenas de tributos exigidos em nosso país, entre impostos, taxas e contribuições. O excesso de tributação inviabiliza muitas operações e cabe ao administrador tornar possível, em termos de custos, a continuidade de determinados produtos e serviços, num preço compatível com o que o mercado consumidor deseja pagar.

Não obstante, há ainda a edição de grande quantidade de normas que regem o sistema tributário, oriundas dos 3 entes tributantes (União, Estados e Municípios).

Cálculos aproximados indicam que um contabilista, somente para acompanhar estas mudanças, precisa ler centenas de normas (leis, decretos, instruções normativas, atos, etc.) todos os anos.

E ainda, há dezenas de obrigações acessórias que uma empresa deve cumprir para tentar estar em dia com o fisco: declarações, formulários, livros, guias, etc.

Desta forma, o grande volume de informações e sua contínua complexidade acabam dificultando a aplicação de rotinas e o planejamento. As pessoas responsáveis pelo setor de tributos das empresas dispõem de pouco tempo para dedicar ao estudo das legislações pertinentes, resignando-se ao cumprimento das rotinas e recolhimento dos tributos, às vezes de forma imprecisa ou incorreta.

Aliado a isto, note-se que numa empresa de porte média, várias pessoas, além das que estão diretamente trabalhando no departamento fiscal, envolvem-se com rotinas associadas a tributos. Um exemplo é o pessoal do faturamento, que emite notas fiscais e calcula impostos.

Portanto, a adoção de uma metodologia de trabalho, de forma regular e planejada, pelo menos dará condições à empresa de buscar nas pessoas envolvidas

o melhor de seus conhecimentos e percepções, para enfrentarem o “dilúvio tributário” a que estão sujeitas diariamente.

4.1.4 Tributo

Código Tributário Nacional:

“Art. 3º- Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Segundo Silva (2012), deste conceito extraem-se as cinco características do tributo:

1. Deve ser paga em dinheiro: Não se admite pagamento in natura ou in labore. A única exceção desta característica é a possibilidade de a lei permitir a dação em pagamento de bens imóveis (art. 156, XI, do CTN);

2. Sua obrigatoriedade decorre da lei (compulsoriedade), sendo irrelevante a manifestação de vontade;

3. Essa prestação, o tributo, não é uma sanção em virtude de um ilícito cometido pelo contribuinte. O contribuinte não faz nada de errado para ter que pagar tributo. Assim, tributo é diferente de multa, já que essa é uma sanção de ilícito.

Contextualizando:

a) Apesar de uma multa tributária não ser tributo, ela é uma obrigação tributária principal e é um crédito tributário (arts. 113. § 1º, 139 e 142, do CTN). O fundamento para que isso ocorra é para que a multa tributária, apesar de não ser tributo, possa ser cobrada da mesma forma e tenha as mesmas garantias e privilégios do crédito decorrente do tributo;

b) Apesar de tributo não ser sanção em face de uma atividade ilícita, essa mesma atividade pode conter fatos geradores de uma obrigação tributária.

Exemplo: Renda auferida com tráfico de drogas está sujeita à incidência do IR, mas isso ocorre não por ser o tráfico de drogas uma atividade ilícita, mas por ter ocorrido o fato gerador do IR, auferir renda. Princípios do “non olet” e da Interpretação objetiva do Fato Gerador;

4. Trata-se de uma prestação que deve ser instituída em lei formal (ato normativo que passa pelo processo legislativo) e material (ato normativo que contém um comando geral e abstrato, aplicável a todos indistintamente).

Em regra trata-se de uma lei ordinária.

Para os seguintes casos a CF/88 exige a edição de uma lei complementar:

- a) Empréstimo Compulsório - EC (art. 148, da CF/88);
- b) Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF (art. 153, VII, da CF/88);
- c) e os tributos da competência residual da União (impostos residuais, arts. 154, I e 195, § 4º, da CF/88).

5. Essa prestação é cobrada mediante uma atividade administrativa vinculada. Essa expressão “vinculada” refere-se à atividade de cobrança, para distinguir da atividade “discricionária”. A atividade vinculada é aquela na qual não há margem de escolha para o agente público quando de sua prática, não há um juízo de “oportunidade e conveniência” a ser realizado por parte do administrador, como acontece nas atividades/atos discricionários. Todo tributo tem sua cobrança realizada de forma vinculada, ocorrendo o fato gerador a Administração é obrigada a cobrar o tributo.

4.1.4.1 Tributos Federais

Este estudo é direcionado aos tributos federais, que são todos aqueles recolhidos para à União, estando enquadrado nesta característica os tributos diretos, mais especificamente o PIS e Cofins, e os tributos sobre o Lucro IRPJ e CSLL, que sempre merecem especial atenção.

4.1.4.2 PIS e Cofins

Segundo Luis Martins de Oliveira (2007),

A Cofins é o antigo Finsocial, foi instituída pela lei complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991. Trata-se, na realidade, da contribuição social para financiamento da seguridade social, nos termos do inciso I art. 195 Constituição Federal, um tributo que incide sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas.

E, “O PIS é a contribuição para o Programa de Integração Social criada pela lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. A contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), por sua vez, foi criada pela lei complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970”.

São considerados contribuintes do PIS e da Cofins, todas as pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas conforme legislação do Imposto de renda, incluindo as instituições financeiras, construtoras e incorporadoras de imóveis.

4.1.4. IRPJ

Segundo Oliveira et al. (2007), é um tributo direto, de competência da União, que incide sobre a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda e de proventos de qualquer natureza.

Consideram-se como disponibilidade econômica ou jurídica a obtenção de um conjunto de bens, valores ou títulos por uma pessoa jurídica que podem ser transformados em numerários.

Em relação às pessoas jurídicas, a ocorrência do fato gerador é verificada pela obtenção de resultados positivos (lucros) em suas operações empresariais, além de acréscimos patrimoniais decorrentes de ganho de capital (receitas não - operacionais).

Gustavo de Oliveira (2008) salienta que

[...] de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), a base de cálculo do IRPJ será determinada pelo montante real, presumido ou arbitrado das rendas e proventos de qualquer natureza, condicionando á ocorrência de certas circunstâncias previstas em lei.

As empresas optam no início de cada exercício pela forma de tributação, definindo desta forma, a apuração dos impostos incidentes sobre o lucro, ou seja, IRPJ e CSLL.

No caso das instituições financeiras a alíquota do IR será de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro real acima de R\$ 240.000,00 no ano ou R\$ 60.000,00 no trimestre.

A partir do mês em que a base de cálculo acumulada exceder o limite de R\$ 20.000,00, multiplicado pelo número de meses do período de apuração, a pessoa jurídica deverá acrescer ao imposto a ser pago em cada mês o adicional do imposto calculado à alíquota de 10%.

4.1.4.4 CSLL

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): é uma contribuição de competência da União, e sua incidência é sobre o lucro do exercício. Essa contribuição foi criada pela lei nº 7.689/88 com o objetivo de financiar a seguridade social através dos resultados positivos das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas.

Quanto à apuração e recolhimento da CSLL, ela vai acompanhar a periodicidade do IRPJ, podendo desta forma ser trimestral ou anual, com recolhimento por estimativa mensal.

A sua base de cálculo poderá ser de 32% ou 12% de presunção sobre as receitas que tenham origem do objeto da empresa, ou seja, receitas dos serviços, comércio ou industrialização. No caso das instituições financeiras a apuração é anual com recolhimento por estimativa mensal; a base de cálculo, nesse caso é estimada, o que requer, ao final de cada período de apuração, no caso, em 31 de dezembro, a apuração efetiva da contribuição, o percentual de presunção utilizado para o cálculo mensal é de 12%, mais as receitas não-operacionais, considerando ainda como receita ou despesas tributáveis incorridas nas operações de mercados de liquidação futura.

5 CASO

5.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul – é um banco múltiplo controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul. É o principal agente financeiro do Governo do Estado. Foi fundado em 1928 e completou 85 anos em setembro de 2013. Em 1934, o Banco iniciou um processo de expansão, através da abertura de agências em diversos municípios do Estado, movimento que prosseguiu com a incorporação de instituições financeiras públicas, como o Banco Real de Pernambuco (1969), o Banco Sul do Brasil (1970), o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Badesul (1992) e a Divergs - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (1992).

Em 1998, em razão da adesão do sistema financeiro estadual ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), o Banrisul passou por um processo de reestruturação. A Caixa Econômica Estadual, que compunha também o sistema financeiro estadual, foi transformada, posteriormente, em agência de fomento. Em 2007, o Banrisul realizou uma oferta pública primária e secundária de ações, período em que aderiu ao Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

O conglomerado do Banrisul é formado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul Armazéns Gerais S.A., a Banrisul Cartões S/A e a Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A.

O modelo de negócios da Instituição está estruturado para o atendimento às demandas de consumo das pessoas físicas e de financiamento de capital de giro às empresas. O foco geográfico de atuação do Banco é a Região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, Estado que ocupa a 4ª posição entre as economias que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) do País e no qual está situada a sede da Instituição.

Como banco múltiplo, o Grupo Banrisul oferece ampla variedade de produtos e serviços financeiros, incluindo cartões de crédito, seguros, previdência privada, grupos de consórcios e administração de recursos de terceiros. Suas operações de

crédito incluem a carteira comercial, crédito financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e investimento.

O Banrisul tem como prioridade investir em inovação e na qualidade de relacionamento com seus diversos públicos, bem como contribuir para o desenvolvimento do Estado. Dessa forma, a criação e desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias devem traduzir esse compromisso: satisfação de clientes e colaboradores, agente promotor da sustentabilidade. Ao se aproximar de seus clientes e das comunidades onde atua, o Banrisul também se responsabiliza e se compromete com o bem-estar das comunidades, por meio da promoção e do incentivo a práticas e atitudes baseadas nos princípios da sustentabilidade

5.2 ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

5.2.1 IRPJ E CSLL

Estão obrigadas a apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

I – cuja receita total, no ano calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00;

II – instituições financeiras e equiparadas;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV – que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto(lucro da exploração);

V – que, no decorrer do Ana calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa;

VI – factoring;

VII – que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

Portanto, por determinação legal, elencadas nos itens I, II e III discorridos acima o Banrisul está obrigado a efetuar a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real.

Conceitualmente Lucro real é definido como o lucro líquido do período, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela lei, as PJ sujeitas ao lucro real poderão optar pelas formas de apuração: anual ou trimestral.

Assim, tomando por base as demonstrações contábeis da pessoa jurídica, manda, para determinação do lucro real, que, por exemplo, as despesas não admitidas como dedutíveis pela legislação fiscal sejam adicionadas ao lucro líquido ou as receitas não tributáveis sejam dele excluídas.

5.2.2 PIS/COFINS

São contribuintes obrigatórios no regime cumulativo de apuração do PIS/COFINS:

- a) bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas;
- b) empresas de securitização de créditos;
- c) operadoras de planos de saúde;
- d) empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores na forma da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (Instrução Normativa SRF nº 358/2003);
- e) órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no Art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;
- f) sociedades cooperativas, exceto as agropecuárias e as de consumo.

Consequentemente por determinação legal do item A mencionado acima o Barrisul enquadra-se na apuração pelo regime cumulativo.

5.3 A EMPRESA

A SCA Systema Consultores Associados foi fundada em 1985, com a missão de trazer tecnologia – sistemas e métodos – para finanças, sobretudo em planejamento e informações para gestão e mercado. Atuou sempre com grandes empresas e distinguiu-se pela inovação.

Trabalha para ser uma empresa que respeita os valores de indivíduos, organizações e sociedade. Busca os resultados em sintonia com os objetivos dos clientes, promovendo competências, criando alternativas e aplicando novas metodologias.

Pensa em soluções que facilitem o dia a dia de empresas e profissionais. Utilizando a tecnologia como meio de automatizar processo, aplicar novas metodologias e promover pessoas.

5.4 VISÃO, MISSÃO E VALORES

5.4.1 Visão

Tornar-se referência na área de gestão do conhecimento em finanças, prestando serviços de revisão, automatização e integração de processos financeiros, com o objetivo de proporcionar mais agilidade, qualidade de informação e segurança a seus clientes.

5.4.2 Missão

SCA Systema Consultores Associados tem como objetivo proporcionar governança da informação tanto gerencial quanto para o mercado, aliando inovação tecnológica às melhores práticas, para fornecer respostas rápidas às necessidades de informação com qualidade e segurança e auxiliar no desenvolvimento profissional.

5.4.3 Valores

Ética, dedicação ao cliente e Inovação são os valores da Sca Systema Consultores Associados.

5.5 O SISTEMA

5.5.1 O Objetivo

O SCA FINANCIALS foi desenvolvido para dar suporte à gestão global das empresas através de um conjunto estruturado de informações gerenciais. Como toda ferramenta de alta capacidade informacional, o SCA FINANCIALS deve ser direcionado e moldado às características e necessidades de cada organização.

Existe uma estrutura definida de operações, composta por uma série de processos ordenados. Esses processos geram um conjunto de informações, a partir dos dados contábeis e extra-contábeis até os produtos finais. Estes são compostos por relatórios e demonstrações financeiro-contábeis destinados a atender a diversos usuários, internos e externos à organização.

5.5.2 Metodologia Geral

Estas premissas têm por finalidade proporcionar aos usuários os procedimentos e metodologias utilizadas no SCA FINANCIALS, sem, contudo, esgotar o assunto de implementação, principalmente em relação às peculiaridades específicas da empresa.

O SCA FINANCIALS integra-se aos ERP's, sistemas legados e outros sistemas, opera no mesmo banco de dados, cria base única de dados gerenciais, financeiros e gerais, estruturados, analisados, consistidos e validado.

Os processos são executados por componentes especializados que incorporam conhecimentos em seu núcleo, inteligências definidas de acordo com cada negócio e organizadas em bibliotecas de procedimentos e análises. Esta concepção permite-lhe atender a diferentes segmentos de indústria e serviço, bancos, seguradoras, etc.

A automação é realizada pelo gerenciador de processos, o workflow inteligente que rege e avalia a sequência de operações, escolhendo o melhor método, lançando o imposto menor, evitando números imprecisos, etc. Um único comando executa um processo inteiro, simula um novo cenário e gera o package de relatórios.

A segurança não se baseia apenas na rigidez, como nos ERP's e outros sistemas transacionais. Além das bibliotecas previamente testadas, o SCA FINANCIALS dispõe de um sistema de controle de qualidade que analisa as premissas, os dados de entrada, os critérios e os resultados em cada passo dos processos.

A partir da base de dados gerenciais, oferece ferramentas de pesquisa, análise e “reporting” com “templates” que automatizam os relatórios e processos, books para os organismos legais, “package” dos acionistas, análises e projeções.

As bibliotecas de Inteligência SCA permitem a inclusão segura de novos procedimentos, controles e análises, acompanham as mudanças da legislação e dos negócios, dispõe de um controle de qualidade que analisa as premissas, os dados de entrada, os critérios e os resultados em cada passo do processo e, desta forma, agregam conhecimento e as melhores práticas.

Portanto, ao automatizar completamente os processos, eliminam-se todas as planilhas. Não há mais necessidade de cálculos e controles paralelos. Os dados e a inteligência dispersos em centenas de planilhas herméticas são substituídos por um sistema estruturado, em banco de dados, que trabalha de modo compartilhado, acumula inteligência, “aprende” com a experiência dos usuários e disponibiliza esse conhecimento na organização.

5.6 ESTRUTURAS

5.6.1 Cadastro das Empresas

O cadastro das empresas e seus respectivos ramos de atividades constituem o primeiro passo do processo de implantação e criação de novos processos, mais do que uma mera informação cadastral, a identificação destes campos é obrigatória e essencial. Além desses cadastros, é muito comum o uso de códigos para se diferenciar uma empresa da outra, no sistema chamado de “Apelido da Empresa”.

Os demais campos podem ser cadastrados ou alterados posteriormente sem prejuízo da continuidade do processo.

Figura 1 – Cadastro das empresas

Ração Social	Ramo de Atividade	Centro de Custo	CNPJ	Apellido da Empresa	Nome Fantasia	Endereço	Cidade	Estado	País
Banco - Brasil	Banco	00000-0	11.111.111/1111-11	120	BB	Av. Ribeirão das Neves, 1212	SP	SP	Brasil
Banco SOFISA	Banco	00000-0	22.222.222/2222-22	40	SOFISA	Av. Santos	SP	SP	Brasil
Cia Energética Brasil	Industria	00000-0	11.111.111/1111-11	50	CEB	AV. Paulista, 877	SP	SP	Brasil
COPEL	Serviços	00000-0	22.222.222/2222-22	60	COPEL				
Corretora	Instituição Financeira	00000-0	11.111.111/1111-11	70	CORRETORA				
CPFL	Serviços	00000-0	22.222.222/2222-22	80	CPFL				
Duratex	Industria	00000-0	11.111.111/1111-11	90	DURATEX				
Fundo - FIDIC	Fundos	00000-0	22.222.222/2222-22	100	FIDIC				
SCA Participações	Não Financeira	00000-0	11.111.111/1111-11	494	PARTICIPAÇÕES	Rua. Joaquim Floriano, 773	SP	SP	BRASIL

Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.9)

5.6.2 Cadastro de Unidades

Nessa etapa são cadastradas as moedas e unidades que serão utilizadas para cálculos no sistema.

Figura 2 – Cadastro de Unidades

Unidade	País
%	
DM²	
DOLAR	EUA
MESES	
Nº DE AÇÕES	
PÇ	
PESO COMPRA	
PESO VENDA	
REAL	BRASIL

Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.10)

5.6.3 Cadastro de Taxas

Nessa etapa são cadastrados os índices, taxas ou juros que serão utilizados pelo sistema. Ex.: Ufir, Igpm, Selic, etc.

5.6.4 Plano de Contas

Plano de Contas é uma peça técnica contábil que estabelece previamente a conduta a ser adotado na escrituração, através da exposição das contas em seus títulos, funções, funcionamento, agrupamentos, análises, derivações, dilatações e reduções.

Figura 3 – Plano de Contas

Conta	Nome	Totalizadora	Aritmética	Natureza	Sintética	Nível
1	Ativo Total					
1.01	Ativo Circulante	1	D	A	S	2
1.01.01	Disponibilidades	1.01	D	A	N	3
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.01	D	A	S	3
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.01.02	D	A	N	4
1.01.02.02	Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	1.01.02	D	A	N	4
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.01	D	A	S	3
1.01.03.01	Carteira Própria	1.01.03	D	A	N	4
1.01.03.03	Vinculados A Compromissos De Recompra	1.01.03	D	A	N	4
1.01.03.04	Vinc. a Prestação De Garantias	1.01.03	D	A	N	4
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.01	D	A	S	3
1.01.04.01	Pagamento E Recebimento A Liquidar	1.01.04	D	A	N	4
1.01.04.02	Créditos Vinculados	1.01.04	D	A	N	4
1.01.04.03	Correspondente	1.01.04	D	A	N	4
1.01.05	Relações Interdependências	1.01	D	A	N	3
1.01.06	Operações De Crédito	1.01	D	A	S	3
1.01.06.01	Operações De Crédito	1.01.06	D	A	N	4
1.01.07	Operações De Arrendamento Mercantil	1.01	D	A	S	3
1.01.08	Diversos	1.01	D	A	N	4
1.01.08.01	Rendas A Receber	1.01.08	D	A	N	4
1.01.08.02	Diversos	1.01.08	D	A	N	4
1.01.08.03	Créditos Específicos	1.01.08	D	A	N	4
1.01.08.04	Negociação E Intermediação De Valores	1.01.08	D	A	N	4
1.01.09	Outros Valores E Bens	1.01	D	A	N	3
1.02	Ativo Realizável A Longo Prazo	1.02	D	A	S	2
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	1.02	D	A	N	3
1.02.02	Títulos E Valores Mobiliários	1.02	D	A	S	3

Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.11)

É um conjunto de normas e intitulações de contas, previamente estabelecido, destinado a orientar os trabalhos da escrituração contábil. Um plano de contas deve, assim, ser entendido como um conjunto de normas, como um sistema, como uma grande peça contábil, visando estabelecer, previamente tudo o que diz respeito às contas a serem adotadas nos registros contábeis de uma empresa ou de uma entidade.

A elaboração de um bom Plano de Contas é fundamental no sentido de utilizar todo o potencial da Contabilidade em seu valor informativo para os inúmeros usuários.

Assim, ao preparar um projeto para desenvolver um Plano de Contas, a empresa deve ter em mente as várias possibilidades de relatórios gerenciais para uso externo e, dessa maneira, prever as contas de acordo com os diversos relatórios a serem produzidos.

Portanto, o Plano de Contas é a estrutura principal do sistema, através dele é possível carregar os saldos do Balancete, executar processos como Reclassificação, Consolidação, Ajustes Contábeis, entre outros que levam em consideração as contas contábeis.

É importante ressaltar que há flexibilidade por parte do sistema em relação ao plano de contas e as empresas. A empresa pode escolher entre trabalhar com quantos planos de contas forem necessários ou várias empresas de um grupo podem utilizar somente um plano de contas.

O Sistema não limita criação de Planos de Contas (Gerencial, Societário, US GAAP, etc.).

Uma empresa poderá trabalhar com quantos Planos de Contas forem necessários ou podemos também utilizar um só Plano de Contas para várias empresas.

Digamos que a empresa X possui um Plano de Contas original de 3.500 contas, isto é, extremamente detalhado.

Para a realização do processo Gerencial ou de outro processo que necessite um Plano de Contas menor pode ser feita uma redução desse Plano de Contas para 500 contas através de alocações de certas contas.

Ao fim desse processo teremos dois planos de contas, um societário (original) e outro Plano de Contas reduzido.

A importação do Plano de Contas consiste em carregar para o sistema a estrutura do plano de contas que será lido e traduzido através de um arquivo texto.

Na validação do Plano de Contas, o sistema executa o teste de consistência verificando se há quebra de nível, se o código das contas totalizadoras existe no Plano de Contas, se os campos Nível, Sintética, Código da Conta Totalizadora e a Natureza estão preenchidos e outras inconsistências, se houver.

Terminado o processo o sistema irá apresentar um relatório de inconsistências, caso seja aplicável.

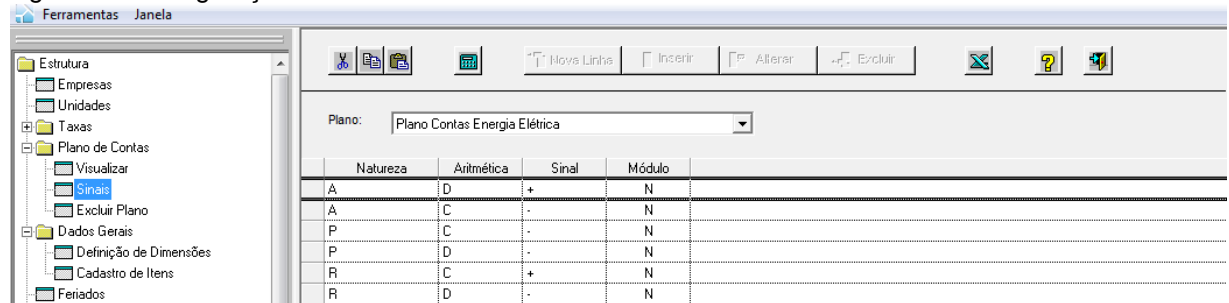
5.6.5 Configuração de Sinais

O sistema possui esse recurso que permite a configuração de sinais do plano de contas. Para tanto, devemos criar uma estrutura de sinais que funcionará como regra geral para os Planos de Contas que forem inseridos no sistema. Esse campo do programa é composto por:

- a) Natureza da Conta: Definir se a conta é: Ativo (A), Passivo (P) ou Resultado (R);

- b) Aritmética da Conta: Definir se a conta é Credora (C) ou Devedora (D);
 c) Sinal do Lançamento: É nesse campo que será definido a sinalização do Plano de Contas: inserem-se os sinais de + ou –.

Figura 4 – Configuração de Sinais



Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.11)

5.6.6 Dados Gerais

Nos dados gerais apresentam-se os itens ou dados não contábeis necessários para os cálculos dos ajustes, elaboração das notas explicativas entre outros. Esses são itens cadastrados e devem ser agrupados por assunto em classe e biblioteca. A relação entre Biblioteca, Classe e Item segue a lógica de diretórios e subdiretórios dos sistemas operacionais.

Figura 5 – Dados Gerais

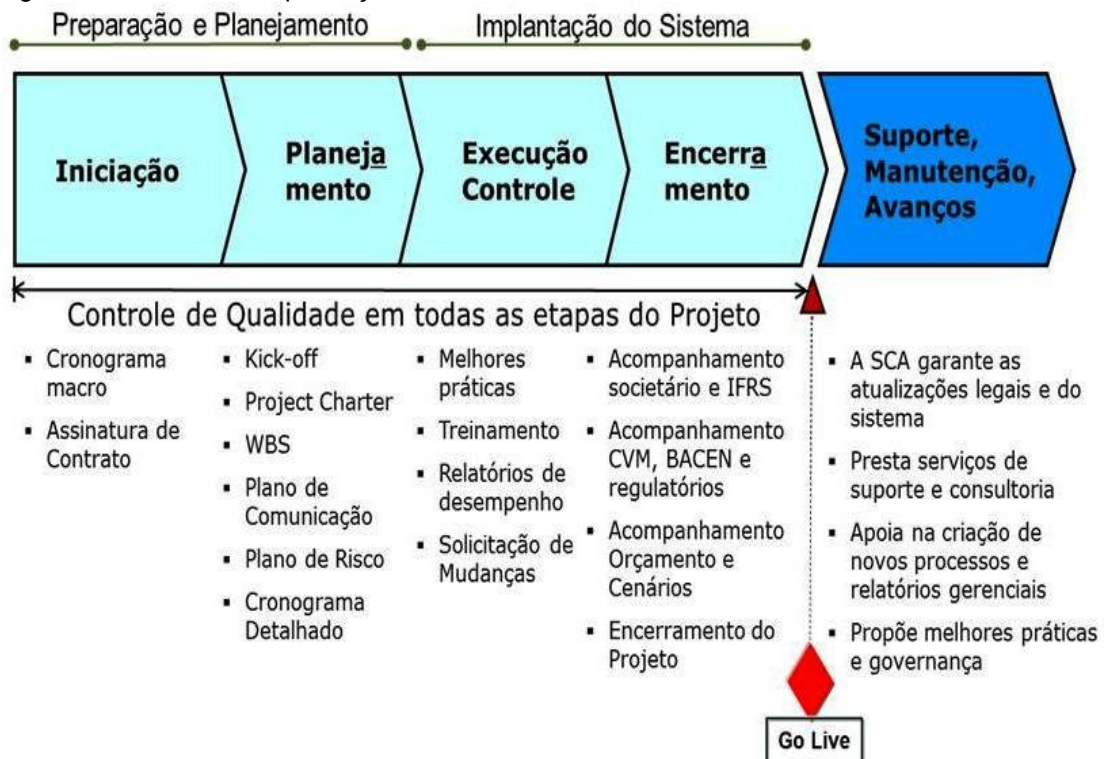
Data	Item	Saldo Fiscal	Saldo Depreciação Fiscal	Depreciação Fiscal	Saldo IFRS	Saldo Depreciação IFRS	Depreciação IFRS
31/01/2009	201.000	243.570,316,510000000	56.397.393,990000000	4.089.905,680000000	243.570,316,510000000	56.397.393,990000000	4.089.905,680000000
31/01/2009	201.002	7.560.000,000000000	936.499,980000000	132.666,660000000	7.560.000,000000000	936.499,980000000	132.666,660000000
31/01/2009	301.000	50.770.648,090000000	43.438.168,580000000	327.062,320000000	50.770.648,090000000	43.156,276,160000000	44.171,520000000
31/01/2009	302.000	106.240.042,310000000	97.120.392,190000000	60.089,320000000	106.240.042,310000000	97.100,260,960000000	31.958,090000000
31/01/2009	303.000	13.915.890,140000000	0,000000000	0,000000000	13.915.890,140000000	0,000000000	0,000000000
31/01/2009	304.000	2.516.235,450000000	1.862.806,050000000	17.200,720000000	2.516.235,450000000	1.854.445,030000000	8.039,700000000
31/01/2009	305.000	190.067.027,810000000	125.704.561,160000000	1.795.573,310000000	190.067.027,810000000	125.301.047,210000000	1.382.359,340000000
31/01/2009	305.017	34.219.788,850000000	29.928.746,150000000	124.275,530000000	34.219.788,850000000	29.860.324,230000000	55.853,610000000
31/01/2009	305.018	7.849.081,320000000	0,000000000	0,000000000	7.849.081,320000000	0,000000000	0,000000000
31/01/2009	305.183	4.395.669,550000000	0,000000000	0,000000000	4.395.669,550000000	0,000000000	0,000000000
31/01/2009	306.000	28.251.270,520000000	23.887.141,240000000	127.481,830000000	28.251.270,520000000	23.791.607,660000000	21.948,250000000
31/01/2009	307.000	4.187.981,500000000	3.622.898,270000000	10.813,810000000	4.187.981,500000000	3.619.450,340000000	7.365,880000000
31/01/2009	307.015	395.436,040000000	344.791,420000000	625,080000000	395.436,040000000	344.659,740000000	493,400000000
31/01/2009	307.016	48.290,410000000	0,000000000	0,000000000	48.290,410000000	0,000000000	0,000000000
31/01/2009	308.000	63.262.552,160000000	43.430.182,000000000	282.572,080000000	63.262.552,160000000	43.309,756,520000000	163.467,330000000
31/01/2009	308.011	410.892,290000000	0,000000000	0,000000000	410.892,290000000	0,000000000	0,000000000
31/01/2009	308.012	1.294.695,510000000	1.032.327,720000000	2.612,950000000	1.294.695,510000000	1.032.540,950000000	2.826,180000000
31/01/2009	308.013	2.746.890,580000000	1.295.087,070000000	15.895,850000000	2.746.890,580000000	1.297.432,180000000	18.240,960000000
31/01/2009	308.014	2.679.155,180000000	0,000000000	0,000000000	2.679.155,180000000	0,000000000	0,000000000

Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.12)

5.7 IMPLANTAÇÃO

Na figura abaixo se demonstra de uma maneira institucional as etapas previstas para a implantação da ferramenta.

Figura 6 – Passos da Implantação



Fonte: Sca Systema

A maior dificuldade encontrada em qualquer implantação sistêmica são as barreiras culturais de convencimento da equipe de que a ferramenta será altamente benéfica à instituição.

Ou seja, todo o sistema quando é implantado, ele não tem a customização para o perfil exato que a empresa exige, ou seja, a nova ferramenta faz o que o se necessita, mas de uma forma diferente da qual a antiga sistemática apresentava.

Além do que, o esforço inicial que a implantação de um sistema exige inicialmente é muito grande, mas depois que a mesma está funcionando a pleno passa-se a usufruir dos benefícios que a mesma traz, somente tem de se ter um alerta, o nível de automatização de processamento é tão grande que sempre tem que se estar atento para que os usuários não se tornem mecânicos, ao ponto de abandonar a técnica e seu conseqüente senso crítico.

Outra barreira que se enfrenta nessa situação de melhoria é também a definição de um grupo de trabalho que realmente tenha uma visão macro dentro da empresa e que consiga também não vislumbrar apenas uma área ou setor.

Na implantação desta solução, enfrentamos vários impasses de definições de processo, pois como a empresa é bastante grande, e a ferramenta não tem especificidade fiscal/tributária, e, além disso, não foi montado um grupo de trabalho que permeasse pelas várias áreas da instituição, tivemos a que proceder várias reparametrizações, pois invariavelmente quando a parametrização atendia uma área, passava a não atender outra e vice-versa.

Inicialmente a definição da carga inicial dos saldos que iriam ser alimentados para o processamento das bases de cálculo do PIS/COFINS e IRPJ e CSLL foi definida como de saldo atual do balancete, em um primeiro momento isso funcionou maravilhosamente bem, até então por que estávamos trabalhando com bases passadas, checando se todas as parametrizações que tínhamos feito atendiam os fechamentos de períodos anteriores que já encontravam-se consolidados.

Em um segundo momento essa definição passou a não valer mais, pois quando começamos a rodar as apurações em paralelo, os problemas começaram a surgir e as redefinições começaram a acontecer.

Então tivemos que repensar a carga de saldos, pois na apuração das bases de cálculos de PIS/COFINS necessariamente precisa-se da movimentação mensal dos saldos, então passamos a carregar os saldos dessa maneira para que atendesse essa demanda.

Com essa definição começamos também a ter sucesso na apuração do IRPJ/CSLL por estimativa com base na receita bruta, pois nosso raciocínio de saldo mensal também funcionou para essas bases de cálculo.

Para a apuração da provisão mensal com base no lucro real, surgiram alguns impasses, pois nessa base precisamos utilizar contas patrimoniais, bem como contas de resultado, então as mesmas sofreram parametrizações diferentes, as contas patrimoniais como apresentam saldos acumulados, tivemos que travá-las para o exercício fiscal, por conseguinte as contas de resultado sofreram parametrizações diferentes, pois além das mesmas terem seu saldo zerado semestralmente pelo fechamento do balanço, como a empresa é apura suas bases pelo lucro real anual, elas teriam de manter seus saldos acumulados nos dois semestres.

Outra necessidade que tínhamos era precisávamos de saldos ajustados no momento do fechamento fiscal, ou seja, precisávamos desenvolver uma inteligência dentro do sistema para que a medida que os lançamentos de final de mês fossem sendo inseridos contabilmente, de maneira *on line* tivéssemos isso contemplado para que fosse procedido algum ajuste necessário nas apurações das bases.

Por isso tivemos que testar alguns planos de contas e também alguns procedimentos que discorro a seguir para que surgisse um balancete ajustado em tempo real.

Nossa primeira ideia funcionou bem como já mencionei anteriormente para períodos passados, quando fomos testar em paralelo nos deparamos que os saldos precisavam ser atualizados e processados de forma *batch* e isso não atendia de forma alguma nossa demanda.

Diante disso passamos a contabilizar os lançamentos de fechamento no próprio sistema, haja visto que o SCA Financials não é nosso sistema oficial de contabilidade, sendo assim ele passou a atuar como um sistema paralelo de fechamento de balanços e balancetes.

Diante disso começamos a desenvolver no sistema formulários e relatórios que atendessem as demandas de apuração das bases tributárias mensais, foram desenvolvidos e parametrizados formulários específicos para cada base de cálculo que depois das definições anteriormente mencionadas de plano de contas e saldos passaram a ser testados e validados de acordo com a legislação em vigor.

5.8 PARAMETRIZAÇÕES

5.8.1 Dados Gerais

Através de uma funcionalidade no sistema chamada dados gerais inserimos premissas que nos são necessárias, por isso criamos bibliotecas e classes, cada uma com sua funcionalidade para que pudéssemos utilizá-los em nossos formulários de apuração das bases de cálculo.

Duas das bibliotecas criadas, as mais importantes para a apuração das bases de cálculo, são impostos e indicadores.

Na biblioteca impostos criamos várias classes que descreverei a seguir a primeira delas chamada alíquotas, foi onde inserimos todos os percentuais referente

a apuração dos tributos bem como alíquotas de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS tanto quanto para apuração pelo Lucro Real como pela antecipação por estimativa com base na receita bruta, bem como o adicional do IRPJ.

Nesta biblioteca também aproveitamos para cadastrar os percentuais de limitação de doações e patrocínios dos incentivos fiscais referentes a Operações de Caráter Cultural e Artístico – Lei Rouanet, Atividade Audiovisual, Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Atividades Esportivas – Pró Esporte e ao Fundo Nacional do Idoso.

Dentro desta mesma biblioteca criamos as classes Adicional Anual Real e Adicional Estimado Mensal onde alocamos os valores mensais desta dedução.

Ainda nesta biblioteca criamos uma classe chamada JSP, para que usássemos a TJLP trimestral pro rata temporis para o cálculo deste valor a ser pago a título de remuneração aos acionistas.

Na biblioteca Indicadores cadastramos as taxas da Selic Mensal, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e da UFIR.

5.8.2 Formulários

5.8.2.1 PIS/COFINS

Formulário desenvolvido para a apuração mensal da base de cálculo do PIS/COFINS. Neste formulário mesclamos o uso do COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional com o plano de contas interno utilizado pela empresa, o que nos deu a mobilidade de usar a tabela divulgada pela Receita Federal para a apuração da base de cálculo da PIS/COFINS.

Como o cálculo destas contribuições não se trata de período acumulado utilizamos no sistema a opção “atual menos anterior” que nos possibilita atualizar o formulário em tempo real assim que os lançamentos forem sendo efetuados no sistema.

Formulário 1 – PIS/Cofins

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor	Unidade
31/01/2011	261	260	TOTAL DAS DEDUÇÕES (C)	-175.253.684,00	
		270			
31/01/2011	281	280	7130000 Resultados de Cambio	20.345.646,22	
31/01/2011	291	290	8140000 Resultados de Cambio	-21.069.444,95	
31/01/2011	301	300	8620-1671 Variações Taxas - Administradas	0,00	
31/01/2011	311	310	8620-1672 Variações Taxas - Fluentes	0,00	
31/01/2011	321	320	8620-1603 Variações de Taxas - Deme	-1.419.945,31	
31/01/2011	331	330	8620-1755 (-) Repasse Externo - RES 2770	-848.307,17	
31/01/2011	341	340	8620-1757 (-) Financiamento Merc. Estrangeiro	0,00	
31/01/2011	351	350	8620-1759 Variação de Taxas - TC	0,00	
31/01/2011	361	360	TOTAL DE OUTRAS ADIÇÕES (D)	-2.992.051,21	
		370			
31/01/2011	381	380	7790-9545 Dividendos	0,00	
31/01/2011	391	390	7800- Lucros Alienados de Investimentos	0,00	
31/01/2011	401	400	7810-1325 Bens Imóveis	0,00	
31/01/2011	411	410	TOTAL DE OUTRAS INCLUSÕES / EXCLUSÕES (E)	0,00	
		420			
31/01/2011	431	430	7547-0110 Rendas Moeda Estrangeira Tx. Adm.- Especie	202,01	
31/01/2011	441	440	7547-0210 Rendas Moeda Estrangeira Tx. Flut. Especie	0,00	
31/01/2011	451	450	8620-1666 Var. Taxas - Tx. Adm. Especie	0,00	
31/01/2011	461	460	8620-1669 Var Taxas - Tx. Flut. Especie	0,00	
31/01/2011	471	470	8620-1758 Variação de Taxas - Especie	-20.978,65	
31/01/2011	472	521	TOTAL DE CÂMBIO	-20.776,64	
31/01/2011	481	480	TOTAL DE CÂMBIO (se negativo não subtrair) (F)	0,00	
		490			
31/01/2011	502	500	BASE DE CÁLCULO	249.073.715,58	
31/01/2011	503	522	BASE DE CÁLCULO	249.073.715,58	
31/01/2011	513	510	PIS 0,65%	1.618.979,15	
31/01/2011	523	520	COFINS 4%	9.962.948,62	

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

5.8.2.2 IRPJ e CSLL

5.8.2.2.1 IRPJ e CSLL Lucro Real

Formulário desenvolvido para a apuração da base de cálculo para IRPJ e CSLL com base no Lucro Real. Ao desenvolver este formulário em termos de definições, tivemos que ter o cuidado especial no que se refere a parametrizações, pois aos moldes do PIS/COFINS mesclamos contas do plano COSIF, com contas do plano de contas interno.

Começamos esse formulário com o bloco de receitas menos despesas, já considerando que as despesas estejam contemplando a exclusão das despesas com a provisão de IRPJ e CSLL que não são consideradas dedutíveis para a apuração da base de cálculo.

Tivemos o cuidado também de usar uma parametrização a qual permita que mesmo não sendo lançado o valor de PIS/COFINS do mês estes valores já estejam contemplados como se a conta de despesa estivesse carregada, pelo link que a linha faz com o formulário de cálculo da PIS/COFINS, após esse lançamento ter sido contemplado o formulário anula o saldo jogando contra as contas internas de despesa, ficando somente o saldo da despesa pelo grupo maior, assim temos a segurança de que sempre

estaremos com o valor considerado como despesa de PIS/COFINS, já contemplado para o cálculo da base de IRPJ/CSLL.

Quadro 1 – Mecânica de parametrização

Período	Tipo de Origem	Parâmetro 1	Parâmetro 2	Parâmetro 6	Antes Lançamento	Após lançamento
Acumulado Ano	OPERACAO	BANCO - SOCIETÁRIO	8000000000 00000	Movimento		(3.000,00)
	FORMULARIO	BANRISUL - PIS/COFINS	510		(1.000,00)	
	FORMULARIO	BANRISUL - PIS/COFINS	520		(2.000,00)	
	OPERACAO	BANCO - SOCIETÁRIO	8193000857 01510	Movimento		1.000,00
	OPERACAO	BANCO - SOCIETÁRIO	8193300858 01530	Movimento		2.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Avançando na construção do formulário, temos contas patrimoniais que usamos para adições e exclusões, contas essas que compõe a parte b do Lalur, onde tivemos que usar a opção sistêmica chamada “acumulado ano menos acumulado ano anterior”, pois pelas características das mesmas elas têm funcionamento diferente das contas de resultado, não zerando semestralmente mantendo saldo acumulado.

As demais contas de resultado usamos duas parametrizações em conjunto, “acumulado ano”, pois estamos obrigados apuração pelo Lucro Real Anual, juntamente com “atual menos anterior” ou seja elas acumulam o movimento mensal travando anualmente já contemplando a possibilidade de ter os saldos em tempo real para a geração dos lançamentos.

Há de se fazer duas observações neste formulário, que possuem link com outros, sendo o caso do cálculo do Juro Sobre o Capital Próprio para exclusão, bem como o cálculo dos patrocínios e doações respeitando suas limitações, o que será comentado quando da explanação dos próprios.

Basicamente o que difere o formulário do IRPJ da CSLL são as despesas que são dedutíveis somente para o IRPJ e não para a CSLL e também os incentivos fiscais que somente podem ser deduzidos do imposto devido.

Esse formulário em termos de alíquotas, indicadores e dados de incentivos fiscais recebe alimentação via dados gerais.

Quanto à provisão mensal utilizamos a função “acumulado menos acumulado do mês anterior” assim asseguramos que apesar do formulário calcular o período acumulado

anualmente, estamos, em termos de lançamento contábil registrando a provisão somente daquele mês referente à apuração.

Formulário 2 – IRPJ LALUR

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor
31/01/2011	1	1		0,00
	10	10	Cálculo do IRPJ LUCRO REAL	
	20	20	EMPRESA: Banco SCA	
	30	30	CNPJ: 01.234.567/0001-00	
	40	40		
31/01/2011	50	50	7.0.0.00.00-9 CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	738.099.220,98
31/01/2011	60	60	8.0.0.00.00-6 CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS	-640.538.000,02
31/01/2011	70	70	01.Lucro Líquido antes do IRPJ	97.561.220,96
	80	80		
31/01/2011	90	90	02.Ajuste do Regime Tributário de Transição - RTT	-88.437,21
31/01/2011	100	100	03.Lucro Líquido Após Ajuste do RTT	97.472.783,75
	110	110		
	120	120	ADIÇÕES	
31/01/2011	130	130	04.Despesas Operacionais - Soma das Parcelas Não Dedutíveis	-287.990,00
31/01/2011	140	140	05.Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-2.503.104,70
31/01/2011	150	150	06.Lucros Disponibilizados no Exterior	0,00
31/01/2011	160	160	07.Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	0,00
31/01/2011	170	170	08.Ajustes Decorrentes de Métodos - Preços de Transferências	-10.105,59
31/01/2011	180	180	09.Ajustes Dec.Emprést.C/Pessoas Vinc.ou Sit.País Trib.Favor.	0,00
31/01/2011	190	190	10.Ajustes Dec. Operações c/Pessoas Sit.em País c/Trib.Favor.	-14,91
31/01/2011	200	200	11.Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)	0,00
31/01/2011	210	210	12.Variações Cambiais Ativas - Oper Liqu (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)	-842.188,20
31/01/2011	220	220	13.Ajustes por Diminuição no Valor de Investimentos Avaliados pelo PL	-5.937.805,09
31/01/2011	230	230	14.Amortização de Ágio nas Aquisições de Investimentos Avaliados pelo PL	0,00
31/01/2011	240	240	15.Perdas em Operações Realizadas no Exterior	0,00
31/01/2011	250	250	16.Excesso de Juros sobre o Capital Próprio - Pago ou Creditado	-10.190,06
31/01/2011	260	260	17.Juros sobre Capital Próprio Recebidos - Investimento Avaliado pelo MEP	-79.437,08
31/01/2011	270	270	18.Reserva Especial - Realização (Lei nº 8.200/1991, art. 2º)	-7.544,16

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Formulário 3 – CSLL LALUR

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor
31/01/2011	10	10	Cálculo da CSLL LUCRO REAL	0,00
	20	20	EMPRESA: Banco SCA	
	30	30	CNPJ: 01.234.567/0001-00	
	40	40		
31/01/2011	50	50	7.0.0.00.00-9 CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	738.099.220,98
31/01/2011	60	60	8.0.0.00.00-6 CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS	-640.538.000,02
31/01/2011	70	70	01.Lucro Líquido antes da CSLL	97.561.220,96
	80	80		
31/01/2011	90	90	02.Ajuste do Regime Tributário de Transição - RTT	-88.437,21
31/01/2011	100	100	03.Lucro Líquido Após Ajuste do RTT	97.472.783,75
	110	110		
	120	120	ADIÇÕES	
31/01/2011	130	130	04.Provisões Não Dedutíveis	-287.990,00
31/01/2011	140	140	05.Despesas Não Dedutíveis (Lei nº 9.249/1995, art. 13)	0,00
31/01/2011	150	150	06.Enc. Depr., Amort. Exaust. Baixa Bens-Dif. C. Monet. - IPC/BTNF	0,00
31/01/2011	160	160	07.Lucros Disponibilizados no Exterior	0,00
31/01/2011	170	170	08.Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	-10.105,59
31/01/2011	180	180	09.Ajustes Decorrentes de Métodos - Preços de Transferências	0,00
31/01/2011	190	190	10.Ajustes Dec.Emprést.C/Pessoas Vinc.ou Sit.País Trib.Favor.	-14,91
31/01/2011	200	200	11.Ajustes Dec. Operações c/Pessoas Sit.em País c/Trib.Favor.	0,00
31/01/2011	210	210	12.Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)	-842.188,20
31/01/2011	220	220	13.Var. Camb. Ativas - Op. Liq. (MP nº 1.858-10/1999)	-5.937.805,09
31/01/2011	230	230	14.Ajustes por Dimin. Valor de Invest. Aval. p/ PL	0,00
31/01/2011	240	240	15.Amortização de Ágio nas Aquisições de Investimentos Avaliados pelo PL	0,00
31/01/2011	250	250	16.Perdas em Operações Realizadas no Exterior	-10.190,06
31/01/2011	260	260	17.Excesso de Juros sobre o Capital Próprio Pagos ou Creditados	-79.437,08
31/01/2011	270	270	18.Juros sobre Capital Próprio Recebido - Investimento Avaliado pelo MEP	-7.544,16
31/01/2011	280	280	19.Reserva Especial - Realização (Lei nº 8.200/1991, art. 2º)	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

5.8.2.2.2 IRPJ e CSLL apurado por Estimativa com base na Receita Bruta

Novamente neste formulário usamos a mescla de dois planos de contas, o COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e o plano de contas interno utilizado pela empresa.

Com as mesmas características de funcionamento do formulário da apuração da base do PIS/COFINS, ou seja, apuração mensal, construímos esse formulário usando linha a linha a opção “atual menos anterior” que nos possibilita ter somente a variação mensal das contas para que possamos fazer os recolhimentos de antecipação por estimativa mensal com base na receita bruta.

Formulário 4 – IRPJ ESTIMATIVA

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor
31/01/2011	134	600	TOTAL DAS EXCLUSÕES (H)	9.212.508,65
	135	610		
31/01/2011	136	620	RECEITA LÍQUIDA (A -B-C-D-E-F-G-H)	250.621.159,08
31/01/2011	137	630	IRPJ a 16%	16,00
31/01/2011	138	640	BASE DE CÁLCULO (A)	40.099.385,45
	139	641		
	140	650	OUTRAS ADIÇÕES	
31/01/2011	141	660	7300000 Receitas Não Operacionais	278.186,04
31/01/2011	142	670	7399000 Reversão de provisão Não Operacional	0,00
31/01/2011	143	724	7790.9528 Juros s/ Capital Próprio	0,00
31/01/2011	144	727	7790.9535 Correção Antecipações - IR	0,00
31/01/2011	145	726	7790.9536 Correção Antecipada - Outros Tributos	36.809,21
31/01/2011	146	725	7790.9537 Correção Antecipada - CSLL	0,00
31/01/2011	147	680	TOTAL DE OUTRAS ADIÇÕES (B)	314.995,25
	148	722		
	149	723		
	150	681		
	151	690		
31/01/2011	152	715	BASE DE CÁLCULO (A+B)	40.414.380,70
31/01/2011	153	700	BASE DE CÁLCULO IRPJ ESTIMADO	40.414.380,70
	154	721		
31/01/2011	154	710	IRPJ ESTIMADO A 15%	6.062.157,11
31/01/2011	155	717	Adicional R\$ 20.000,00	20.000,00
31/01/2011	156	719	BASE DE CÁLCULO IRPJ ESTIMADO (Acima de R\$ 20.000)	40.414.380,70
31/01/2011	157	720	BASE DE CÁLCULO IRPJ ADICIONAL A 10%	40.394.380,70
	158	718		
31/01/2011	159	714	IRPJ ESTIMADO ADICIONAL A 10%	4.039.438,07
	160	712		

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Formulário 5 – CSLL ESIMATIVA

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor
31/01/2011	118	530	TOTAL DAS DEDUÇÕES	-192.931.407,98
	119	540		
	120	550	EXCLUSÕES	
31/01/2011	121	560	7190000 Rendas de Participações	2.232.635,47
31/01/2011	122	570	7790-9545 Dividendos	0,00
31/01/2011	123	580	7192000 Recuperação de Créditos Baixados	3.182.136,47
31/01/2011	124	590	7193000 Recuperação de Encargos / Despesas	3.797.736,71
31/01/2011	125	600	TOTAL DAS EXCLUSÕES (H)	9.212.508,65
	126	610		
31/01/2011	127	620	RECEITA LÍQUIDA (A -B-C-D-E-F-G-H)	250.621.159,08
31/01/2011	128	630	CSLL a 12%	12,00
31/01/2011	129	640	BASE DE CÁLCULO (A)	30.074.539,09
	130	641		
	131	650	OUTRAS ADIÇÕES	
31/01/2011	132	660	7300000 Receitas Não Operacionais	278.186,04
31/01/2011	133	670	7399000 Reversão de provisão Não Operacional	0,00
31/01/2011	134	727	7790.9535 Correção Antecipações - IR	0,00
31/01/2011	135	726	7790-9536 Correção Antecipada - Outros Tributos	0,00
31/01/2011	136	725	7790-9537 Correção Antecipada - CSLL	0,00
31/01/2011	137	680	TOTAL DE OUTRAS ADIÇÕES (B)	278.186,04
	138	722		
	139	723		
	140	681		
	141	690		
31/01/2011	142	715	BASE DE CÁLCULO (A+B)	30.352.725,13
	143	716		
31/01/2011	144	700	BASE DE CÁLCULO CSLL ESTIMADO	30.352.725,13
	145	711		

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

5.8.3 Incentivos Fiscais – Doações e Patrocínios

Esse formulário foi desenvolvido para alimentar o formulário de apuração do Irlj com Base no Lucro Real, além de controlar todos os limitadores de incentivos fiscais através de doações e/ou patrocínios.

Desenvolvemos fórmulas dentro deste formulário que permitem testar os limitadores dos incentivos fiscais quando comparadas ao Imposto de Renda devido à alíquota de 15%.

O sistema não possui funcionalidades tão amigáveis quando a de um Excel quando estamos falando de fórmulas e condicionais, existem dentro do sistema possibilidades que nos permitiram usar condicionais chamadas “If query”.

Usamos neste formulário somente o plano de contas interno da entidade, onde para cada doação e/ou patrocínio fazemos a comparação dos limitadores individuais e em conjunto, permitindo que o valor que seja enviado para o formulário de apuração do IRPJ com base no lucro real, somente os valores dedutíveis, ou seja, automatizamos e validamos todo o processo de controle de incentivos fiscais da instituição.

Formulário 6 – Incentivos Fiscais

Formulário		
Biblioteca: Imposto de Renda		
Formulário: 80 - INCENTIVOS FISCAIS		Período: 01/01/2011 a 31/01/2011
Código	Variável	Valor
4	CÁLCULO DAS DOAÇÕES / PATROCÍNIOS	0,00
1	Imposto de Renda antes Incentivos Fiscais 15%	10.922.719,62
5		
9	(=) Base IR para Incentivos (Deduzidos Lucros Auferidos no Exteri	10.922.719,62
8		
7	Base IR para Incentivos	10.922.719,62
6		
10		
20	DEDUÇÕES INCENTIVOS FISCAIS	
30		
40	01) DOAÇÕES - ART. 26 LEI 8313	50.000,00
50	CÁLCULO COM ALÍQUOTA DE 40 %	20.000,00
60	LIMITE 4% (IR 15 %)	436.908,78
70		
80	COMPARATIVO DOAÇÕES / IR 15%	20.000,00
90		
100	02) PATROCÍNIOS - ART. 26 LEI 8313	200.000,00
110	CÁLCULO COM ALÍQUOTA DE 30 %	60.000,00
120	LIMITE 4% (IR 15 %)	436.908,78
130		
140	COMPARATIVO PATROCÍNIOS / IR 15%	60.000,00
150		
160	03) DOAÇÕES E PATROCÍNIOS ART. 18 MP 2228-1 100%	300.000,00
180	LIMITE 4% (IR 15 %)	436.908,78
190		
200	COMPARATIVO DOAÇÕES / IR 15%	300.000,00
210		
220	04) AUDIOVISUAL Lei 8.685/1993 - art. 1º - A	20.000,00
240	LIMITE 4% (IR 15 %)	436.908,78
250		
260	COMPARATIVO PATROCÍNIOS / IR 15%	20.000,00
270		
280	05) PAT (Programa de Alimentação Trabalhador)	
290	PAT - CONTABIL	382.456,22

Fonte: Elaborado pelo autor

5.8.4 Juros Sobre o Capital Próprio

A intenção que tivemos ao desenvolver esse formulário, lógico que em primeira instância foi de atender as demandas previstas legalmente na apuração dos tributos, mas também de disponibilizar simulações que são sempre demandadas à área.

Portanto como já temos alimentados nos dados gerais as premissas necessárias como TJLP, TJLP pró rata, e também os índices multiplicadores mensais, os dados contábeis necessários à esse cálculo advém do contábil através do plano de contas interno, o mesmo já calcula o valor a ser excluído na apuração da base do IRPJ/CSLL mensalmente de forma acumulada, já deduzindo os períodos anteriores, conseqüentemente quando a conta de despesa é carregada pelo pagamento trimestral ele já possui a inteligência para que naquele mês não gere exclusão a ser contemplada na base de cálculo.

Formulário 7 – Juros Sobre o Capital Próprio

Formulário	
Biblioteca:	Tributário - Outros
Formulário:	BANRISUL - JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
Período:	01/04/2015 a 30/04/2015

Código	Variável	Valor
1	BANRISUL S/A	
2	CNPJ 92.702.067.0001/96	
3		
5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00
6	(-) AJUS.VLR.MERC. - TVM - INSTR.FIN.DERIVATIVOS	0,00
7	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	0,00
8		
10	TJLP TRIMESTRAL	0,00
11	TJLP PRÓ RATA	0,0000
12	ÍNDICE MENSAL	1,0000
14	ÍNDICE ACUMULADO	0,0000
21		
13	JSCP TRIMESTRE ATÉ O ANTERIOR	0,00
16	JSCP ANUAL	0,00
15	JSCP TRIMESTRE	0,00
23	DESPEZA JSCP	0,00
18	VALOR EXCLUSÃO LALUR	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

5.8.5 PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador

Esse formulário foi criado com o objetivo de fornecer a empresa o cálculo comparativo, considerando legislação que rege a matéria, exclusão que possa ser usada na apuração da base de cálculo do IRPJ/CSLL.

Os dados que alimentam esse formulário são cadastrados nos dados gerais, como, quantidade de refeições disponibilizadas pela empresa através do vale alimentação, valor unitário por refeição previsto em lei e valor da Ufir mensal.

Tal formulário testa as opções para que se utilize a mais vantajosa para a empresa respeitando os seus limitadores.

Formulário 8 – PAT

Formulário	
Biblioteca:	Tributário - Outros
Formulário:	BANRISUL PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR LEI Nº 6.321
Período:	01/04/2015 a 30/04/2015

Código	Variável	Valor
1	BANRISUL S/A	
2	CNPJ 92.702.067.0001/96	
3		
4		
5	QUANTIDADE DE REFEIÇÕES	0
10	VALOR UNITÁRIO P/REFEIÇÃO	0,00
6	DESPESA MENSAL (8360 8008)	0,00
7	DESPESA ACUMULADA	0,00
11	BASE DE CÁLCULO DO INCENTIVO	0,00
8	TOTAL INCENTIVO MENSAL	0,00
9	TOTAL INCENTIVO ACUMULADO	0,00
12	INCENTIVO QTDE.UFIR MENSAL	0,0000
13	DESPESA QTDE.UFIR MENSAL	0,0000

Fonte: Elaborado pelo autor

5.8.6 Crédito Tributário

Paralelo a todos os formulários já desenvolvidos para as apurações de bases de cálculo de impostos e contribuições, criamos também formulário que faça o cálculo do crédito tributário.

Basicamente esse formulário trabalha com o plano de contas interno, sendo carregado pelas contas de provisão, onde as mesmas por serem contas patrimoniais usam sempre seu saldo atual, onde quando comparados com seus saldos contabilizados no mês imediatamente anterior, processam o valor a ser lançado, se quando complemento ou reversão, tanto para Imposto de Renda quanto para a Contribuição Social sobre o Lucro líquido.

Formulário 9 – Crédito Tributário

Data	Ordem	Código da Linha	Nome da Linha	Valor
31/03/2009	21	21	1799 (-) PROV.PERDAS PARTICIP.SOC.	176,29
31/03/2009	22	22	1890 (-) OUTROS VALORES E BENS	904,28
31/03/2009	23	23	4955-1035 PREMIO APOSENTAD.PROVENT	1.444,02
31/03/2009	24	24	4955-1037 PREM.APOSENTAD.ENCARGOS	514,62
31/03/2009	25	25	4960-1000 PASSIVOS TRABALHISTAS	9.547,62
31/03/2009	26	26	4960-9045 ACOES CIVEIS-MEDIA HISTOR	628,92
31/03/2009	27	27	4960-9025 CIA.UNIAOSEG.-CONTR.GESB	1.002,24
31/03/2009	28	28	4960-9015 NOTIF.FISCAL-DEBITO INS-LD	1.524,69
31/03/2009	29	29	4960-9020 OUT.PASS.-CL-SECURITIZACAO	1.402,67
31/03/2009	30	30	PROV.P/RISCOS FISCAIS 2000 a 2005	14.859,29
31/03/2009	31	31	4960-9040 PÓS-EMPREGO-CVM/371	749,02
31/03/2009	32	32	JURDS S/CAPITAL PRÓPRIO	0,00
31/03/2009	33	33	PROV.P/OSCILAÇÃO TÍT.S.DIVERGS	52.292,23
31/03/2009	34	34	PROV. PGTO DIV. ATIVA	5.725,49
31/03/2009	35	35	TOTAL	212.681,44
	39	50		
31/03/2009	40	49	TOTAL (35-33-34)	154.663,72
	41	36		
31/03/2009	42	37	IRPJ 25%	38.665,93
31/03/2009	43	38	CSLL 15%	23.199,56
	44	39		
	45	40	ACUMULADO ATÉ O MÊS ANTERIOR	
	46	41		
31/03/2009	47	42	IRPJ 25%	37.846,46
31/03/2009	48	43	CSLL 15%	22.707,89
	49	44		
	50	45	VALORES A CONTABILIZAR	
	51	46		

Fonte: Elaborado pelo autor

5.8.7 Débito tributário

A exemplo do Crédito Tributário, esse formulário foi pensado para o cálculo do débito tributário, sendo alimentado também pelo saldo de contas que necessitam ter seu registro que geram receitas, contabilizados nas contas de passivo fiscal.

Da mesma maneira mencionada anteriormente, a inteligência é comparar os saldos contábeis atuais com os do mês imediatamente anterior para fornecer o valor a ser contabilizado como passivo fiscal, tanto para o IRPJ quanto para a CSLL.

Formulário 10 – Débito tributário

Formulário		
Biblioteca: Créditos Tributários		
Formulário: BANRISUL - DÉBITO TRIBUTÁRIO		Período: 01/04/2015 a 30/04/2015
Código	Variável	Valor
1	BANRISUL S/A	
2	CNPJ 92.702.067/0001/96	
3		
8		
4	SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIACÕES	0,00
9	IRPJ 25%	0,00
32		
5	(-)SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIACÕES ACUMULADO MÊS AN	0,00
14	IRPJ 25%	0,00
15		
6	VALOR A CONTABILIZAR IRPJ 25%	0,00
13		
7	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	0,00
11	TÍT.DISPONÍVEIS P/VENDA	0,00
16	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	0,00
17	TÍT.DISPONÍVEIS P/VENDA	0,00
18	TOTAL	0,00
20	IRPJ 25%	0,00
21	CSLL 15%	0,00
24		
25	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - ACUMULADO MÊS ANTERIOR	0,00
26	TÍT.DISPONÍVEIS P/VENDA - ACUMULADO MÊS ANTERIOR	0,00
27	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - ACUMULADO MÊS ANTERIOR	0,00
28	TÍT.DISPONÍVEIS P/VENDA - ACUMULADO MÊS ANTERIOR	0,00
29	TOTAL MÊS ANTERIOR	0,00
30	IRPJ 25% MÊS ANTERIOR	0,00
31	CSLL 15% MÊS ANTERIOR	0,00
33		
34	VALOR A CONTABILIZAR IRPJ 25%	0,00
35	VALOR A CONTABILIZAR CSLL 15%	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

5.8.8 Lançamentos Contábeis

Ainda há no sistema em demonstração a possibilidade de criação de lançamentos contábeis, onde internamente os mesmos são parametrizados com as suas diversas situações e possibilidades que exportam os mesmos ao sistema contábil.

Enquanto o sistema contábil não está contemplado por esse lote de lançamento que a apuração fiscal processa, usa-se o balancete ajustado dentro do próprio sistema, onde o mesmo já contempla em tempo real tudo o que foi processado e lançado em termos fiscais.

5.8.9 Workflow

O workflow é um recurso para facilitar o processamento de todas as operações parametrizadas na implantação, desde a importação do balancete até a geração dos demonstrativos financeiros. Esta ferramenta possibilita o usuário processar vários relatórios criados de uma única vez, seguindo uma ordem lógica.

Figura 7 – Workflow

The screenshot shows the 'Workflow' configuration window in SCA Financials 2010. The process is set to '20. PROCESSO COMPLETO' for the period '01/01/2010' to '31/01/2010'. The table below lists the sequence of operations to be processed.

Ordem	Tipo	Operação	Empresa	Histórico	Período	Período	Processar	Processamento	Consistência	Ajuste do Período/ Lançamento de Lucro	Data Associada	Biblioteca/Met
1	Processo	01. IMPORTAÇÃO BALANCETES			0	0	S	Mensal	S			
2	Processo	02. IMPOSTOS			0	0	S	Mensal	S			
3	Processo	03. AUDITORIA			0	0	S	Mensal	S			
4	Processo	04. PEÇAS CONTÁBEIS			0	0	S	Mensal	S			
5	Processo	05. NOTAS EXPLICATIVAS			0	0	S	Mensal	S			
6	Processo	06. C.V.M.			0	0	S	Mensal	S			
7	Processo	07. CADOC			0	0	S	Mensal	S			
8	Processo	08. I.F.T.			0	0	S	Mensal	S			
9	Processo	09. CONSISTENCIAS			0	0	S	Mensal	S			
10	Relatório	ATIVO - CAMARGO CORREA			0	0	S	Mensal	S			

Fonte: Sca Financials 10, Manual do Usuário (p.13)

6 CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho pude verificar a importância da necessidade de se utilizar o poder de convencimento no que se refere à cultura corporativa, do planejamento e da criação de grupo de trabalho multidisciplinar na implantação de uma solução sistêmica.

Se o grupo que participará desta implantação não estiver absolutamente convencido de que o projeto é benéfico, começa-se a enfrentar barreiras à mudança.

É necessário trazer à mesa de reuniões todas as vantagens e possíveis desvantagens da implantação da ferramenta bem como abandono dos procedimentos até então utilizados até o pleno convencimento da equipe.

Ressalta-se que não é desvantagem alguma a revisão de procedimentos e correções de fluxos operacionais, a hora de realizar tais procedimentos é exatamente essa, quando se está mexendo com a troca de rotinas.

O planejamento da implantação é fundamental, pois evita o retrabalho e o retorno a pontos até então considerados como vencidos.

O estudo acurado e simulação de situações são fundamentais, pois só assim teremos certeza de todos os cenários possíveis e imagináveis, e que a ferramenta está testada, aprovada na sua totalidade e pronta para uso total.

Um fator importantíssimo é a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar que participará ativamente na implantação da solução, se isso ocorrer de forma descentralizada com certeza se estará fadado ao retrabalho, pois não existem situações que atenderão a diferentes demandas utilizando-se o mesmo método.

O quadro abaixo elucida a evolução após a implantação sistêmica.

Quadro 2 – Evolução

PRÉ SCA	PÓS SCA
Planilhas diversas no Excel para apuração de impostos e contribuições.	Formulários padronizados para cálculo dos impostos e contribuições.
Alimentação manual de planilhas Excel.	Alimentação automática dos formulários via balancete ajustado.
Lançamentos manuais no sistema de fechamento(BQW)	Lançamentos automáticos através de lote contábil(SCA)
Visualização do balancete atualizado um dia após o fechamento tributário.	Visualização on line através do balancete ajustado (SCA)
Área de confecção dos cálculos tributários.	Área de análise dos cálculos tributários

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Acreditamos que aprendemos muito com essa implantação de solução sistêmica no Banrisul, otimizamos procedimentos e passamos a entender de uma forma macro, todas as implicações e cuidados que devemos tomar em outras que virão.

Alguns procedimentos já implantados anteriormente corroboram com lógicas que utilizamos, e ainda serão de fundamental importância à demandas futuras.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos múltiplos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n. 2.099**, de 1994. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_o.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- BERR, Jefferson Varella et al. **Planejamento tributário**. Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Inclui adendo especial (Lei Complementar N° 118, de 9/2/2005).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. **Lei n. 9.718**, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- BRASIL. **Instrução Normativa SRF n. 25**, de 6 de março de 2001. Dispõe sobre o imposto de renda incidente nos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em operações de renda fixa e de renda variável. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2001/in0252001.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- BRASIL. **Lei n. 9.964**, de 10 de abril de 2000. Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9964.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 627**, de 11 de novembro de 2013. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=141393&c=PDF&tp=1>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

BRASIL. **Regulamento do imposto de renda**. Decreto n. 3.000/99. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.

CARLIN, Everson Luiz Breda. **Auditoria, planejamento e gestão tributária**. Curitiba: Juruá, 2008.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Luis Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCA FINANCIALS. **Manual do usuário**: uso exclusivo de clientes. 2010.

SCA SYSTEMA CONSULTORES ASSOCIADOS. Disponível em: <<http://www.scasystema.com>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

SILVA, Miguel. **Lucro real**: como apurar em 2014: manual do treinando. 2014.

SILVA, Rafael Santos de Barros e. [2012]. Fortium Grupo Educacional. **Conceito de tributo**. Disponível em: <<http://www.fortium.com.br/blog/material/CONCEITO.DE.TRIBUTO.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. Disponível em: <<http://sistema-financeiro-nacional.info/>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

TEIXEIRA, Paulo Henrique; ZANLUCA, Júlio César. **Manual prático de gestão tributária nas empresas**. Curitiba: Portal Tributário; Maph, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.